

Nº 4770
QUARTA-FEIRA
9/JUN/2021
SMABC.ORG.BR

Tribuna

Metalúrgica



ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791



CRISE ENERGÉTICA

MÁ GESTÃO DO SISTEMA
HIDRELÉTRICO PELO GOVERNO
FAZ SITUAÇÃO SE AGRAVAR NO
BRASIL. COM A PRIVATIZAÇÃO
DA ELETROBRAS, CRISE VAI
PIORAR E AS CONTAS VÃO SUBIR.

PÁGINA 3



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

MINISTRO DA SAÚDE MINIMIZA IMPACTO DA COPA AMÉRICA E ASSUME VETO À INFECTOLOGISTA

Em novo depoimento à CPI da Covid ontem, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, minimizou o impacto da realização da Copa América no Brasil, tentou negar a existência de um gabinete paralelo e chamou para si a responsabilidade do veto à infectologista Luana Araújo.

COPA AMÉRICA

Para o ministro da Saúde do país que está alcançando a marca dos 500 mil mortos pela Covid-19, a Copa América que durará 28 dias e reunirá 10 seleções no Brasil, totalizando quase 650 participantes, entre jogadores e comissão técnica, além de 2 mil jornalistas, “não é um evento de grandes proporções”.

VETO À INFECTOLOGISTA

Ele negou que o Palácio do Planalto tenha interferido na escolha da infectologista Luana Araújo para comandar secretaria extraordinária de enfrentamento à pandemia e assumiu a responsabilidade pela dispensa da profissional.

HIDROXICLOROQUINA

Queiroga mudou seu posicionamento em relação à hidroxicloroquina e afirmou que o medicamento não tem eficácia científica comprovada para o tratamento da Covid-19, em um contraponto às ações do presidente Bolsonaro.

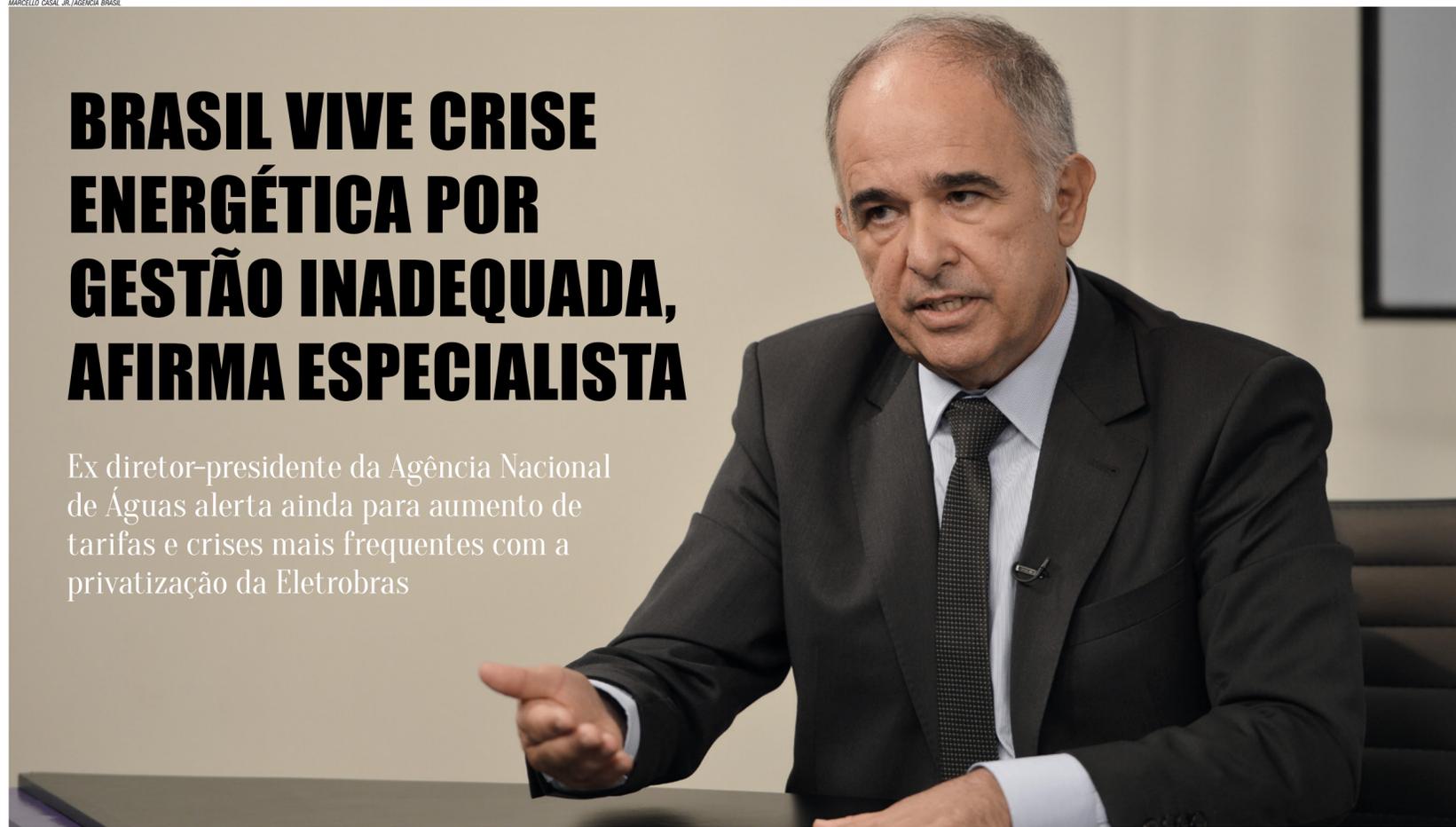
GABINETE PARALELO

O ministro tentou negar existência de um grupo de aconselhamento a Bolsonaro para ações contra a pandemia, mas afirmou que já recebeu e mantém contato “individualmente” com membros do chamado “gabinete paralelo”, como o ex-ministro e deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), o vereador Carlos Bolsonaro e a médica negociadora Nise Yamaguchi.

MARCELLO CASAL JR./AGÊNCIA BRASIL

BRASIL VIVE CRISE ENERGÉTICA POR GESTÃO INADEQUADA, AFIRMA ESPECIALISTA

Ex diretor-presidente da Agência Nacional de Águas alerta ainda para aumento de tarifas e crises mais frequentes com a privatização da Eletrobras



Para entender melhor a crise energética no Brasil, a Tribuna conversou com o estatístico pela Unicamp, Vicente Andreu, que foi diretor-presidente da ANA (Agência Nacional de Águas) de 2010 a janeiro de 2018. O especialista alerta para gestão inadequada das hidrelétricas pelo governo federal e para a intensificação da crise e do aumento das tarifas com a privatização da Eletrobras.

Tribuna Metalúrgica – Por que estamos vivendo mais essa crise no setor elétrico?

Vicente Andreu – A primeira coisa é não caracterizar essa crise como uma crise hídrica, é uma crise de energia decorrente de falta de chuva, mas não apenas. Ela é decorrente principalmente de uma operação inadequada do setor elétrico brasileiro na bacia do rio Paraná. Quando se fala em crise hídrica, parece que o problema é de São Pedro e não é, esse problema é de uma operação do sistema hidrelétrico de maneira inadequada. Manaus está batendo recorde de 101 anos de cheia, a bacia do São Francisco está há dois anos com volumes de reservatórios altos.

TM – O que exatamente seria essa operação inadequada?

Vicente Andreu – Se liberou mais água do que o recomendável para esse processo, ou seja, se apostou, quando se olha os gráficos da bacia do Paraná, em chuvas que viriam e que não vieram, se usou além do que seria razoável durante esse período. Deveria ter havido prudência e guardado mais água nos reservatórios da bacia do rio Paraná.

TM – Quem são os responsáveis por isso?

Vicente Andreu – Principalmente a ONS

(Operador Nacional do Sistema Elétrico) que com certeza seguiu uma lógica do governo federal através da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e do Ministério de Minas e Energia.

TM – O governo nega, mas há risco de um novo racionamento de energia?

Vicente Andreu – O documento que a ONS encaminhou à ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) caracterizando a situação atual é dramático. Como eles operaram mal no período chuvoso, para não ter risco maior, porque mesmo assim o risco é grande, vão ter que fazer operações, por exemplo, como entrar na bacia do São Francisco que está preservada. Podem “transbordar” essa crise para outras bacias e para outros usuários.

TM – E quais os riscos dessas medidas?

Vicente Andreu – Eles vão tocar a energia da bacia do São Francisco que foi preservada, inclusive a partir de regras que tivemos na ANA, restringindo a redução para não acontecer o que aconteceu de 2012 até 2017. Vão quebrar as regras, podendo levar a crise hídrica inclusive para a bacia do São Francisco. Também vão parar a hidrovía Tietê-Paraná, que tinha sido assumido que não aconteceria novamente, vão reduzir o nível de Itaipu, o que exige um acordo com o Paraguai.

Pelo documento, essas medidas todas, ainda levam os reservatórios não a zero, mas a níveis da ordem de 7% na média geral para novembro, o que é de um risco monstruoso, porque se as

chuvas de 2021 para 2022 atrasarem ou forem insuficientes, o ano de 2022 será dramático.

TM – Então estamos arriscados a viver crises ainda piores que as anteriores?

Vicente Andreu – A penalidade vai ser um aumento de tarifa para quem não tem responsabilidade sobre a operação inadequada que é a população do Brasil inteiro. A bacia do Paraná responde sozinha por 30% a 40% de toda a geração elétrica brasileira, então eles deveriam ter operado melhor. Mesmo que as térmicas entrem em potência máxima, o risco de perder o controle das bacias por falta de água é enorme. Mas além da crise energética, isso remete também à questão das mudanças climáticas.

TM – Então era possível prever?

Vicente Andreu – Claro, por isso deveria operar com prudência e não operaram. As cheias acontecem num período relativamente curto de tempo, a seca não, ela é um evento prolongado. Então essa seca na bacia do Paraná, mesmo sendo de grandes dimensões, ela se arrasta há dois anos.

TM – E o que deveria ter sido feito?

Vicente Andreu – Reduzir as descargas das hidrelétricas e gerado nas fontes alternativas que o Brasil tem, uma parte delas é térmica, mas também a utilização máxima de outras fontes de energia.

TM – O governo tenta colocar a culpa no clima, está certo?

Vicente Andreu – Temos duas mensagens por parte do governo, uma de que essa é a pior

crise hídrica que já existiu, para tentar retirar a responsabilidade que ele tem sobre uma operação inadequada. A segunda mensagem, que é incoerente com a primeira, é que não há risco de apagão.

TM – Então podemos ter um blecaute?

Vicente Andreu – O documento da ONS deixa isso claro, é muito preocupante. Quem administra o setor elétrico apostou numa condição climática absolutamente incerta e se deu mal. Agora vai ficar dependente do próximo período chuvoso nessa bacia que é de novembro até março do ano que vem e como ela é muito representativa para a energia no Brasil, pode gerar uma crise de energia.

TM – Como a privatização da Eletrobras impacta no setor elétrico?

Vicente Andreu – Ninguém tem dúvida de que a tarifa vai ter uma elevação mais alta. A Eletrobras tem uma importância do ponto de vista do setor hidrelétrico brasileiro, porque responde por cerca de 50% das linhas de transmissão e quase 40% das hidrelétricas brasileiras.

Imagine operar as hidrelétricas não num regime de ser um colchão para promover a segurança hídrica e energética, mas no sentido de maximizar o lucro do investidor privado que compra a Eletrobras. Ela vai mudar o perfil da sua operação, vai deixar de ser um colchão para acomodar as diferenças energéticas nas regiões do Brasil, para ser uma empresa que vai gerar lucro. Além da explosão de tarifas que já foi estimada em cerca de 16% de imediato no Brasil, ainda vai produzir insegurança energética por conta dos interesses privados e as crises tendem a ser mais frequentes.

DIVULGAÇÃO



APREENSÃO DE PASSAPORTES E CNH EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTOS DE ACORDOS

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) tem decidido, nos últimos tempos, como mais uma medida coercitiva, pela apreensão de passaportes e da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de empresários inescrupulosos, juntamente com outros bens pessoais, em razão do reiterado descumprimento da lei e de termos de compromisso firmados pela empresa.

Normalmente tais decisões têm sido dadas quando a penhora de bens, o BacenJud, e o pagamento espontâneo não são capazes de garantir o pagamento da dívida devida aos trabalhadores, o que comprova a necessidade da adoção do meio executivo atípico.

Está em jogo o direito ao acesso efetivo à Justiça garantido constitucionalmente.

Todos sabemos que existem alguns empresários especializados em dar golpes em trabalhadores, fornecedores, clientes, fisco e outras empresas. É possível, em certos casos, identificar, até mesmo, prática de estelionato, fraudes de toda ordem e outros crimes.

Em casos assim, a Justiça precisa redobrar o rigor e adotar todas as medidas necessárias para compeli-los a pagarem o que devem aos credores, sobretudo aos trabalhadores, e a cessarem tais golpes repetidamente aplicados no fisco e no mercado em geral. Isso sem prejuízo da apuração criminal destas condutas.

Enfim, contra criminosos como estes, a mão firme da lei para coibir tantos e tantos abusos. Tais medidas adotadas pelo TST podem não ser duras o suficiente, mas estão na direção correta.



TRABALHADORES NA BELDEN, GCABE E ALTWIN APROVAM PROPOSTAS DE PLR

Os trabalhadores na Belden, em Diadema, e na GCabe e Altwin Eletric, em São Bernardo, aprovaram em assembleias na tarde de ontem as propostas de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) negociadas pelo Sindicato com as empresas.

GCABE E ALTWIN

Na GCabe a Altwin, a PLR foi reconquistada neste ano. O coordenador de área, Sebastião Gomes de Lima, o Tião, contou que a produção aumentou e também estão ampliando a fábrica.

“A expectativa é de avançar a partir de agora. Os trabalhadores estão com

demandas internas e queremos discutir com a empresa para melhorar a qualidade de vida e também a produtividade”, contou.

“Por isso, reforçamos a importância da sindicalização para fortalecer as lutas e a organização dentro da fábrica, além de ser fundamental também para a Campanha Salarial”, destacou.

BELDEN

O coordenador de área, João Paulo Oliveira dos Santos, afirmou que a conquista na Belden foi melhor do que a do ano anterior.

“Apesar da pandemia, a empresa vem

de um momento positivo e de alta na produção. Os trabalhadores tinham o anseio de uma PLR superior a do ano anterior e conseguimos avançar. A mobilização dos trabalhadores mostra que é possível também um bom acordo de Campanha Salarial”, disse.

O CSE na Belden, Rogério Pereira da Silva, falou sobre o clima na fábrica. “O pessoal estava apreensivo, mesmo com a produção dobrando, mas estavam todos unidos para buscar um valor justo. Desde o início fomos negociar respaldados pelo pessoal, que estava disposto a fazer a luta que fosse necessária, e chegamos a um bom valor.”



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONSULTA VIRTUAL, VALENDO COMO DECISÃO DE ASSEMBLEIA, PARA DELIBERAR SOBRE A PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL DOS METALÚRGICOS DO ABC - ANO DE 2021.

O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC, por seu Presidente, na forma estatutária, CONVOCA a diretoria e todos os (as) integrantes dos Comitês Sindicais nas Empresas, para Consulta virtual, cuja decisão valerá como de Assembleia de Votação sobre a pauta da CAMPANHA SALARIAL DE 2021/2022. Em razão do cenário de PANDEMIA global do Coronavírus (COVID-19), em que é necessário manter o isolamento social e evitar a aglomeração de pessoas, a consulta acontecerá excepcionalmente de maneira VIRTUAL, no dia 12 de junho de 2021, entre 10 e 18 horas. A votação será por meio do LINK <https://consulta.smabc.org.br>, que neste dia estará disponível no site do Sindicato www.smabc.org.br. No presente Edital estão descritas as Propostas da Campanha Salarial 2021/2022. Desta forma, dado ao Princípio da Publicidade, conclamamos o interesse participativo de todos os (as) integrantes dos Comitês Sindicais de Empresa de nossa Base, e solicitamos que todos (as), na medida do possível, pratiquem o exercício do voto por meio do recurso eletrônico acima exposto e orientado. Para a Votação, saiba que as Propostas contidas na PAUTA DE REIVINDICAÇÕES da Campanha Salarial 2021/2022 são: “PAUTAS CHEIAS”: Constituídas de Cláusulas Sociais e Cláusulas Econômicas, que serão entregues para a FIESP, (e seus Sindicatos patronais coordenados), bem como ao SINIEM; - SICETEL; SIESCOMET; - SIMEFRE; SIAMFESP; e SINAFER, reivindicando a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, e aumento nos salários normais e nos pisos salariais, de forma a recompor o poder de compra dos trabalhadores. - e “PAUTAS PARCIAIS”: Constituídas apenas de Cláusulas Econômicas, que serão entregues para o SINDRATAR; - SIFESP; SINDICEL; - SINDIFUPI; - SINDIMAQ; - SINAES; - SINDIPEÇAS; - SINDIFORJA; e SINPA, com reivindicações de aumento nos salários normais e nos pisos salariais, de forma a recompor o poder de compra dos trabalhadores; - renovação da cláusula de seguro de vida e auxílio funeral com valores das parcelas corrigidas; contribuição negocial ou Cota de custeio da negociação coletiva de trabalho; - acréscimo de um item na cláusula de incentivo ao diálogo e ao entendimento em TODOS os grupos patronais com vistas à negociação permanente em função das relações de trabalho em período de PANDEMIA; preservação da saúde e da vida; - garantia de emprego e outras reivindicações. O Slogan da Campanha salarial é “CAMPANHA SALARIAL DE 2021 É +. = + SALÁRIOS.+ EMPREGOS. + VACINAS. + DIREITOS. + UNIDADE. Como último ponto de pauta, a autorização para o Sindicato propor Dissídio Coletivo, caso necessário, e autorização também para o Sindicato outorgar a adesão na Negociação Coletiva de Trabalho coordenada pela FEM-CUT/SP, e com ela a lograr êxito quanto à celebração de Convenção Coletiva de Trabalho nos exatos termos em que recomenda a praxe legal. Wagner Firmino de Santana. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

TRIBUNA ESPORTIVA



• Após perder por 2 a 0, o Corinthians precisa vencer o Atlético-GO por três gols de diferença para se classificar no tempo normal ou dois para levar a decisão aos pênaltis.



• O Corinthians até hoje nunca conseguiu reverter uma derrota por dois ou mais gols fora de casa no segundo jogo pela Copa do Brasil. Vale a classificação para as oitavas.



• O Palmeiras registrou dois casos da Covid-19. O atacante Gabriel Veron testou positivo mais uma vez e o zagueiro Michel também está infectado.

COPA DO BRASIL

HOJE - 19H



Palmeiras x CRB
Allianz Parque

HOJE - 21H30



Atlético-GO x Corinthians
Goiânia (GO)